



GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
P Ú B L I C A

MACROECONOMIA

PROFESSOR FERNANDO FRANCO NETTO

Caro aluno,

Este *e-book* foi desenvolvido para a compreensão da disciplina de Macroeconomia. Procuramos pensar sobre o papel dos governos na condução da economia, tendo como objetivo apontar ações mais gerais de como devemos atuar como administradores públicos na condução de problemas do dia a dia no

ambiente econômico. A Macroeconomia atua no sentido de impor limites às nossas atividades como atores econômicos. Precisamos entender o passado recente a fim de promover maior produtividade para o futuro. Para isso, o *e-book* aborda os fundamentos, os problemas e os modelos macroeconômicos.

Desejamos que você tenha excelentes resultados de aprendizagem, aproveitando ao máximo os conteúdos apresentados.

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

NOTAS

Conforme diversos autores que trabalham sobre o ambiente macroeconômico, é consenso de que a dinâmica econômica, presente na história das economias mundiais, talvez não permita uma definição única para a compreensão de todas as variáveis que compõem esse ambiente. O estudo da macroeconomia pode ser considerado como o estudo das variáveis econômicas como um todo, isto é, pensar a estrutura econômica de um determinado país a partir do comportamento dessas variáveis no tempo.

Portanto, alguns autores, como Blanchard (2007), definem a macroeconomia considerando o estudo das variáveis agregadas, incluindo a produção total de uma determinada economia, o que é denominado de produto agregado. A partir dessa definição e da complexidade do estudo da macroeconomia, pode-se pensar em simplificar seu estudo em função do comportamento de suas variáveis agregadas. Para tanto, os macroeconomistas elaboram o que se chama de modelos, a fim de melhor interpretar o comportamento dessas variáveis. Como afirma Blanchard (2007,), “[...] os modelos macroeconômicos são formas lógicas e internamente consistentes de descrever o funcionamento de uma economia”.

De acordo com Mankiw (2008), a Macroeconomia é o estudo da economia como um todo, incluindo o crescimento em termos de renda, as variações nos preços e na taxa de desemprego. Procura oferecer políticas para melhorar o desempenho e explicar os eventos econômicos. Assim sendo, a economia



envolve alguns princípios fundamentais que exemplificam a importância das decisões dos indivíduos e das empresas para o bem-estar social e econômico. Primeiramente, as pessoas enfrentam *Tradeoffs*, ou seja, uma situação de escolha conflitante que geralmente se traduz na resolução de algum problema, mas, ao mesmo tempo, acarreta outros. Em segundo lugar, pode-se definir como o custo de oportunidade na escolha de determinados produtos e/ou serviços, pois as pessoas, ao tomarem a decisão de adquirir alguma coisa, têm de abrir mão para obter outro bem ou serviço. Em terceiro lugar, as pessoas de forma racional, pensam nos pequenos ajustes para, de forma marginal, realizar seus desejos e objetivos de vida. Resumindo, as pessoas e as empresas tomam suas decisões pensando na margem incremental, ou seja, quando se toma a decisão, pensa-se no benefício marginal da ação e se ela é maior do que o seu custo marginal. Outro princípio importante é com relação aos incentivos que as pessoas recebem e a reação a elas. Decisões de aumento de preços poderão afetar o consumo de determinado produto e/ou serviço, bem como a decisão dos governos em aumentar ou reduzir os impostos, poderá ter consequências na maior oferta ou demanda no mercado.

Como quinto princípio de economia, afirma-se que o comércio pode ser bom para todos, tendo em vista que novos produtos, tecnologias, inovações estão permanentemente fazendo parte das relações entre os países. Com isso, fortalece o ambiente de trocas entre eles e, assim, a especialização é desenvolvida proporcionando maior bem-estar entre as famílias e as pessoas. Outro princípio, que afeta a economia como um todo, está relacionado aos mercados que, apesar de suas deficiências, muitas vezes, proporcionam a interação entre os agentes econômicos, o que fortalece o ambiente de inovação entre eles, países e regiões.



Como sétimo princípio, percebe-se que a participação dos governos pode melhorar a eficiência dos mercados, haja vista que as falhas de mercado na alocação de recursos, podem ser resolvidas a partir das ações dos governos. Além disso, as externalidades que ocorrem nas relações econômicas, isto é, o impacto da ação de algumas pessoas sobre o bem-estar de outras, pode ser equilibrado por ações dos governos e, finalmente, o poder de mercado que um agente econômico tem, influenciando os preços de determinado mercado.

O oitavo princípio se relaciona com o padrão de vida de um determinado país e sua relação com a capacidade de produzir bens e serviços. Portanto, a produtividade é elemento fundamental nesse processo, haja vista a capacidade que um trabalhador tem de produzir um determinado bem e/ou serviço em relação às suas horas de trabalho. Como exemplo dessa relação, Mankiw (2005) exemplifica que nos países onde os trabalhadores produzem uma quantidade razoável de bens e serviços, os padrões de vida tendem a serem maiores.

Outro princípio muito importante para o ambiente econômico é com relação à capacidade de emissão de moeda que um determinado governo possui, pois a inflação é consequência desse processo, ocasionando a perda do poder de compra da moeda, deteriorando a qualidade de vida das pessoas, bem como o equilíbrio macroeconômico de um país. Por fim, a sociedade em geral enfrenta um *Tradeoff* entre a inflação e o desemprego, significando que, quando o governo aumenta a quantidade de moeda em circulação, um dos resultados é o aumento generalizado dos preços ou o que é denominado de inflação. Como consequência, pelo menos no curto prazo, é a redução no nível geral do desemprego. Portanto, em algum momento, as economias enfrentam essas escolhas conflitantes, o que acarreta profundas discussões entre os economistas com relação à melhor forma de combate à inflação.



A fim de compreender com maior detalhe o ambiente macroeconômico é essencial que se tenha familiaridade com alguns conceitos básicos e com as principais variáveis macroeconômicas. O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor monetário total de todos os bens e serviços finais produzidos numa economia em um determinado período de tempo, dentro das fronteiras geográficas, enquanto que o Produto Nacional Bruto (PNB) é o valor monetário total de todos os bens e serviços finais, produzidos numa economia realizada exclusivamente por residentes, estejam eles dentro ou fora dos limites geográficos. Para tanto, é necessário compreender a definição de Renda Enviada ao Exterior e de Renda Recebida do Exterior, que indicam a contribuição dos fatores de produção de residentes e não residentes.

O Produto Nominal e o Produto Real são conceitos importantes a fim de avaliar o valor do produto efetivo numa economia. Especificamente, o Produto Nominal é o resultado da multiplicação da produção física por um índice de preços. Esse resultado mascara, muitas vezes, o real crescimento da produção econômica, principalmente se levada em conta à inflação. O Produto Real, entretanto, representa efetivamente o crescimento da produção de uma determinada economia. Para tanto, pensamos exclusivamente na variação das quantidades produzidas, não levando em conta as variações de preços. Outro conceito interessante é com relação ao Produto *per capita* da economia que serve como parâmetro de desenvolvimento econômico. Esse indicador é o resultado do valor monetário da produção em relação à população total de um determinado país. Em princípio, pode-se afirmar que um país que possua um maior produto *per capita* é considerado mais desenvolvido do que aqueles países que possuam um produto *per capita* mais baixo. Entretanto, conforme Curaro (2008, p. 9), “[...] Um país que, por exemplo, seja um grande produtor de



petróleo e tenha uma pequena população pode ter um produto *per capita* elevado, mas isso não necessariamente significa que seja um país desenvolvido”.

Um conceito importante na mensuração do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) é com relação ao valor agregado. Significa que a produção total final de um determinado país considera o valor de sua produção, menos o valor dos bens intermediários. Essa definição é muito importante a fim de não se contabilizar em duplicidade o que se está produzindo na economia de um país.

Outros conceitos são importantes, para compreender o funcionamento da economia, como, por exemplo, a taxa de desemprego, que significa a razão entre o número de desempregados e a força de trabalho. É importante entender que o termo desempregado, atualmente, traz alguns conceitos mais amplos, por exemplo, aquelas pessoas que voluntariamente não estão empregadas em função de suas escolhas pessoais (estudos, família, informalidade e outros). Com relação à força de trabalho, esta é definida como a soma de trabalhadores empregados com os desempregados. Outra questão importante, na avaliação da taxa de desemprego, relaciona-se com a própria definição de desemprego. Isto significa que somente aqueles que estão procurando trabalho é que são contados como desempregados.

A taxa de inflação também é um importante conceito em macroeconomia, pois ela é o resultado da alta contínua do nível geral dos preços. As consequências desse fenômeno, normalmente, são muito ruins para a economia como um todo, pois desequilibram todo o mercado, ocasionando perdas importantes para os indivíduos, às empresas e ao governo. A preocupação dos economistas com a inflação é permanente, pois como afirma Blanchard (1999, p.31), “[...] nos períodos de inflação, nem todos os preços e salários sobem de modo proporcional. Assim, a inflação afeta a distribuição de renda”.



2. CONTABILIDADE NACIONAL

NOTAS

Caros alunos,

Assistam ao vídeo sobre conceitos importantes de Contabilidade Nacional, bem como, alguns exemplos práticos com relação à metodologia de apuração de variáveis econômicas fundamentais para a compreensão da atividade econômica:

As contas nacionais são fundamentais para se compreender como funciona uma determinada economia e, para tanto, tais informações ajudam a analisar o comportamento econômico do governo. De forma semelhante às empresas, as contas nacionais possuem o lado do produto e o lado da renda. O Produto Interno Bruto, PIB e o Produto Nacional Bruto, PNB avaliam o produto final ou total de uma determinada economia. A diferença entre eles resume-se na renda líquida recebida, assim sendo, o PIB inclui as rendas auferidas pelos não residentes ou empresas estrangeiras que atuam dentro do país, enquanto o PNB inclui as rendas de residentes e de empresas, auferidas no exterior.

Ao se analisar países como os Estados Unidos, por exemplo, os valores



do PNB normalmente são mais expressivos do que o PIB, pois a renda líquida recebida é superior à renda líquida enviada. Evidentemente que, em muitos países, as diferenças entre o PIB e o PNB são expressivas em função não só do tamanho dessas economias, como também do número de mão de obra trabalhando no exterior, bem como do valor dos investimentos externos no país.

O Produto Interno Bruto, PIB, é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado período de tempo, normalmente de forma anual, ou trimestral, como no caso do Brasil, avaliados a preço de mercado. É importante esclarecer que o período de tempo aqui considerado é o resultado da produção exclusivamente naquele período. Desse modo, as transações de bens e serviços produzidos em períodos anteriores não fazem parte do cálculo do PIB. Da mesma forma, os bens e serviços contabilizados são os finais, isto é, os bens intermediários não fazem parte do PIB. É evidente que eles são parte do cálculo a partir do momento em que fazem parte do valor dos bens finais produzidos, o que é denominado de valor agregado.

As transações com ativos financeiros não fazem parte do cálculo do PIB, pois não envolvem produção corrente. No entanto alguns tipos de bens fazem parte do processo de contabilização do PIB. Exemplo disso são os bens de capital, representados pela infraestrutura e a aquisição de máquinas e equipamentos. Outro item importante para o cálculo do PIB são os investimentos em estoques que podem ser positivos ou negativos, haja vista que no período de tempo considerado para o cálculo poderá haver acréscimos nos estoques dos bens finais não comercializados, bem como se as vendas finais forem maiores do que a produção, provavelmente há a redução nos estoques.



No cálculo do PIB, normalmente, consideram-se os preços de mercado, por isso, a avaliação é a partir dos valores comercializados no momento da venda final dos produtos e serviços. Entretanto, não se contabilizam aquelas atividades denominadas de informal, ou mesmo aquelas não registradas ou ilegais.

Os componentes do PIB, considerado pela ótica da despesa ou do dispêndio, incluem o consumo das famílias, os investimentos ou a formação bruta de capital fixo, os gastos do governo e, finalmente, as exportações líquidas. Quanto ao componente consumo, consiste na compra de bens e serviços pelas famílias. Normalmente é o componente com maior peso no PIB. Os investimentos são divididos em investimentos fixos das empresas, os investimentos em construção civil e, finalmente, os investimentos em estoques. O componente gastos do governo refere-se àqueles gastos com a aquisição de bens e serviços pelos governos federal, estadual e municipal. Finalmente, as exportações líquidas, componente que corresponde ao resultado do somatório das exportações menos as importações e significa o resultado das transações com os demais países.

É importante ressaltar que o PIB, ainda que seja a medida mais abrangente da atividade econômica de um determinado país, não avalia a produção de bens e serviços finais fora do mercado ou informal. Outro ponto importante é em relação às atividades ilegais ou às atividades não registradas. É evidente que essas estimativas são de difícil mensuração, mas de qualquer forma, os países procuram fazê-lo a fim de avaliar a influência e o tamanho dessas atividades na economia. Por fim, o PIB não significa uma medida de bem-estar social ou econômico, visto que o PIB não leva em conta as atividades de lazer das famílias.



Além disso, no cálculo do PIB existem algumas externalidades negativas, como, por exemplo, a transformação da madeira que poderá causar danos ambientais importantes, mas que não são contabilizados no PIB.

Com relação à renda nacional é importante ter o entendimento de que, para o seu cálculo, considera-se o Produto Nacional Bruto, PNB, visto que considera os valores das rendas recebidas pelos residentes no exterior. Como afirma Froyen, a renda nacional, “[...] é a soma de todas as rendas dos fatores produtivos obtidas na produção de bens e serviços”. (FROYEN, 1999). Assim sendo, a partir do valor do Produto Nacional Bruto, subtrai-se o valor da depreciação, pois esta representa um custo de produção. Ao excluir a depreciação, chega-se ao valor do Produto Nacional Líquido que diminuindo dos impostos, como resultado final, resulta na renda nacional.

A renda pessoal considera a remuneração total recebida pelos indivíduos e, quando excluídos os pagamentos dos impostos, obtém-se a renda pessoal disponível. Portanto, a partir do conceito de renda nacional, ao subtrair-se o pagamento dos impostos e outros tributos que incidam sobre a renda, mais as transferências recebidas pelos indivíduos, obtém-se a renda pessoal que, excluído o imposto sobre a renda, o resultado final é a renda pessoal disponível. Como informação importante nessas identidades, ao subtrair da renda pessoal disponível o consumo, tem-se como resultado final a poupança pessoal dos indivíduos.

Percebe-se que o valor do Produto Interno Bruto ou Produto Nacional Bruto considerado nessa sessão é o resultado da produção corrente de bens e serviços avaliados aos preços de mercado de cada produto ou



serviço. Entretanto, as variações de preços que possam ocorrer no período de elaboração do produto, poderão distorcer o resultado real de uma determinada economia. Para tanto, utiliza-se uma medida real, a partir dos preços constantes de um determinado ano base. Assim sendo, quando é definido um determinado ano base para eliminar as variações dos preços dessa economia, estamos verificando somente as variações nas quantidades.

O deflator implícito do PIB determina o índice agregado de preços comparando com anos selecionados. Com relação ao PIB real, as variações nas quantidades produzidas são calculadas utilizando-se da relação PIB nominal e deflator implícito do PIB.

A partir dessas definições com relação aos cálculos do PIB e suas diversas interpretações, quanto às variações do produto considerado a preços correntes (deflator implícito) e a preços constantes (real), pode-se avaliar o nível de atividade de uma determinada economia, considerando o produto real com o produto potencial. Como definição de produto real, pode-se afirmar que é o resultado da utilização dos recursos disponíveis na economia, enquanto que o produto potencial é o resultado daquilo que uma determinada economia poderia ter, se utilizasse plenamente os seus recursos.



3. OFERTA E DEMANDA AGREGADA

NOTAS

Oferta e demanda agregada têm importância estratégica para analisar-se o ambiente macroeconômico e o comportamento das variáveis econômicas, a fim de pensar nos modelos de equilíbrio geral dos mercados. Como conceito, a demanda agregada é o volume total de bens demandados na economia. Da mesma forma, a oferta agregada é o volume total de bens produzidos na economia. De forma simples, as variáveis que interferem diretamente no comportamento da oferta e demanda agregadas são os preços e as quantidades de produtos. O produto estará em equilíbrio quando a quantidade de produto produzido é igual à quantidade de produto demandado.

Os termos oferta e demanda referem-se ao comportamento dos indivíduos nos mercados. Os mercados são definidos como a ação conjunta entre compradores e vendedores de um determinado bem. Assim sendo, os compradores demandam esse bem, enquanto os vendedores ofertam o bem.

A demanda significa a quantidade que os compradores desejam e podem comprar a um determinado preço. A variável preço é de fundamental importância para entender o papel da demanda, visto que, ao aumentar o preço de um determinado bem, as quantidades demandadas diminuem, enquanto que ao reduzir o preço do bem as quantidades demandadas aumentam. Dessa forma,



pode-se concluir que a quantidade demandada é negativamente relacionada com o preço. Como essa relação é aplicável à maioria dos produtos numa determinada economia, ela é chamada de Lei da Demanda. A curva de demanda é representada por um gráfico, no qual se relaciona o preço de um bem com a quantidade demandada.

Os deslocamentos da curva de demanda são influenciados por variáveis que aumentam ou diminuem as quantidades que os compradores desejam comprar a um dado preço. Esses deslocamentos podem ocorrer para a direita da reta original, bem como para a esquerda dessa reta.

Outras variáveis importantes que afetam o comportamento dos compradores e que podem deslocar a curva de demanda são:

A. Renda: tem um papel importante nas decisões dos compradores, pois, normalmente, quando a renda cai, reduz o consumo de determinados bens. Para isso, temos o conceito de bem normal, ou seja, aquele bem em que a demanda diminui quando a renda reduz. Outro conceito importante é com relação ao bem inferior, ou seja, aquele bem em que a demanda aumenta quando a renda diminui.

B. Gostos e preferências: o que determina a demanda, muitas vezes, são os gostos e preferências dos indivíduos. Apesar dos economistas perceberem que essa variável depende de outros fatores, como as questões psicológicas, históricas, culturais, etc.; a mudança do comportamento das pessoas quanto aos gostos é importante para as variações na demanda dos bens.



C. Expectativas: as expectativas quanto ao futuro são importantes para definir a demanda por um determinado bem hoje. Se a sua expectativa for de que um determinado bem aumentará amanhã, sua decisão poderá ser de comprar esse bem, hoje, ou vice-versa.

D. Preço de outros bens: quando o preço de um determinado bem aumenta, a quantidade demandada por outro bem aumentará. Nessa condição, os bens são caracterizados como substitutos. Quando ocorre o aumento do preço de um determinado bem e a quantidade demandada do outro bem se reduz, define-se que os bens são complementares.

E. Número de compradores: a demanda do mercado é o resultado das decisões dos vários compradores existentes. Portanto, ela depende das diversas variáveis que influenciam as decisões desses compradores. Além disso, com um maior número de compradores no mercado, a demanda é maior a cada preço.

A oferta representa a quantidade que os vendedores desejam oferecer no mercado. Novamente, o preço é a principal variável para determinar as quantidades ofertadas pelos vendedores. Quanto maior o preço de um determinado bem, maior será a quantidade ofertada. Ao se reduzir o preço do bem, a quantidade ofertada será reduzida. Dessa forma, pode-se concluir que a quantidade ofertada é positivamente relacionada com o preço. Portanto, a chamada Lei da Oferta afirma que, tudo o mais constante, a quantidade ofertada



de um bem aumenta quando o preço desse bem aumenta. A curva de oferta é a representação gráfica da relação entre o preço do bem e a quantidade ofertada.

Os deslocamentos da curva de oferta são influenciados por variáveis que aumentam ou diminuem as quantidades que os vendedores desejam vender a um dado preço. Esses deslocamentos podem ocorrer à direita da reta original, bem como para a esquerda dessa reta.

Outras variáveis importantes que afetam o comportamento dos vendedores e que podem deslocar a curva de oferta são:

A. Preço dos insumos: tem um papel importante nas decisões dos vendedores, pois quando o preço dos insumos aumenta, a lucratividade do bem final tende a se reduzir, ocasionando a redução da oferta de determinado bem. Portanto, a oferta está negativamente relacionada com o preço do insumo utilizado na produção.

B. Tecnologia: o grau de utilização de novas tecnologias é um fator fundamental para as escolhas de quem deseja produzir determinado bem. Ao adquirir essas novas tecnologias, sejam máquinas e/ou equipamentos, processos e outras tecnologias, reduzindo os custos de produção, aumenta a oferta de determinado bem na economia.

C. Expectativas: as expectativas quanto ao futuro são importantes para definir a oferta por um determinado bem hoje. Se a sua expectativa for de que um determinado bem aumentará amanhã, sua decisão poderá ser de estocar esse bem hoje, ou vice-versa.



D. Número de vendedores: a oferta do mercado é o resultado das decisões dos vários vendedores existentes. Portanto, ela depende das diversas variáveis que influenciam as decisões desses vendedores. Além disso, com um maior número de vendedores no mercado, a oferta seria maior a cada preço.

A partir dessas definições de oferta e demanda agregada, o modelo completo que explica a determinação dos níveis de produção e dos preços é aquele no qual, em qualquer ponto da curva de oferta, os produtores estão dispostos a oferecer enquanto os consumidores estarão dispostos a pagar pelo produto ou serviço. Assim sendo, como representação gráfica do modelo, a intersecção entre as curvas de demanda e de oferta é o ponto no qual tanto os produtores como os consumidores estão considerando como o ponto de equilíbrio entre os mercados.



4. TEORIA KEYNESIANA (PARTE I)

NOTAS

O modelo keynesiano desenvolve-se a partir da grande depressão na década de 1930. John Maynard Keynes, economista, inglês, a partir de sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, procura explicar as causas dos problemas econômicos naquele período, mas também formula um arcabouço de variáveis fundamentais para o avanço da macroeconomia.

A insuficiência de demanda agregada, principalmente dos investimentos, é um dos principais problemas a serem enfrentados pelas diversas economias do mundo. O papel dos governos é muito importante para promover os ajustamentos necessários nos mercados, e as políticas monetária e fiscal são os meios que esses governos usam para o crescimento e o desenvolvimento dos países.

O modelo keynesiano pressupõe que o produto de equilíbrio é igual à demanda agregada dessa mesma economia. Portanto, a condição de equilíbrio é estabelecida pela igualdade

$$Y = D$$

Onde, (Y) representa o produto total de uma determinada economia, enquanto (D) é a demanda agregada dessa mesma economia. É importante a definição de como a demanda agregada é composta, isto é, no modelo keynesiano simples, a demanda agregada é composta pelo consumo das famílias, a demanda por investimentos e a demanda pelos gastos do governo. Assim sendo, a igualdade pode ser escrita como



$$Y = C + I + G$$

No modelo apresentado, verifica-se que não há relações com o resto do mundo, isto é, as transações são realizadas no território próprio do país de estudo. Mais adiante se insere no modelo as variáveis exportação e importação de bens e mercadorias que resumem as relações com o resto do mundo.

Como componentes da demanda agregada o consumo das famílias pode ser considerado o de maior peso. Em torno de 60% a 65% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, nos últimos anos. Esse é um dos principais componentes na análise keynesiana, pois é de grande relevância para a determinação da renda.

A renda disponível das famílias é o resultado da renda bruta menos os pagamentos de impostos, e pode ser escrita da seguinte maneira

$$Y_d = Y - T$$

No modelo keynesiano, portanto, a renda é a variável mais importante para a determinação do consumo. Evidentemente, que outras variáveis podem influenciar no consumo das famílias, entretanto, a renda possui um papel fundamental.

A função consumo determina a relação entre renda e o consumo a partir da seguinte expressão

$$C = a + bY_d$$

O parâmetro (a) significa o valor do consumo quando a renda disponível é igual à zero. Isso quer dizer que essa variável representa os efeitos no consumo de outras variáveis que não fazem parte do modelo, ou seja, as variáveis independentes. O parâmetro (b) significa o aumento nas despesas com consumo a partir do aumento unitário da renda disponível.



A propensão marginal a consumir (P_{mgC}) é o resultado do incremento das despesas com consumo por incremento da renda disponível. Para Keynes, essa relação demonstra que o consumo aumentará conforme o aumento da renda disponível, porém, esse aumento no consumo será proporcionalmente menor do que o aumento na renda disponível.

Os investimentos fazem parte do modelo por ser considerados uma das variáveis chaves para o sistema keynesiano. Para Keynes, os investimentos se tornavam essenciais para explicar as variações na renda e sua consequência no equilíbrio macroeconômico.

Para isso, o modelo apresenta como variáveis fundamentais nos gastos com investimentos a taxa de juros e as expectativas das empresas. Com relação aos níveis dos investimentos e às taxas de juros, supõe-se que eles são inversamente proporcionais, isto é, quanto maior as taxas de juros definidas num determinado mercado, menor serão as possibilidades de investimentos.

Com relação às expectativas dos empresários, Froyen (1999) afirma que “[...] o administrador precisaria conhecer o futuro e a demanda futura pelo produto, o que exigiria conhecimentos sobre as preferências dos consumidores e o estado da demanda agregada no futuro.”

Os gastos do governo são considerados como despesas autônomas. Sendo assim, não dependem de variáveis que possam afetar diretamente o modelo keynesiano. Isso pode ser explicado em função de que esses gastos são controlados e definidos pelas autoridades econômicas e não dependem do nível de renda.

A partir dos conceitos definidos no modelo keynesiano simples, pode-



se determinar o nível de renda ou do produto de equilíbrio numa determinada economia. Para tanto, a seguinte forma de expressão demonstra a condição de equilíbrio,

$$Y = C + I + G$$

Ao considerar-se as seguintes informações para uma determinada economia sem relação econômica com o resto do mundo, temos:

$$C = 80 + 0,5Y$$

$$I = 100$$

$$G = 50$$

Em que, (C) é igual ao consumo agregado, (I) representa os investimentos e (G) os gastos do governo, a determinação da renda ou do produto de equilíbrio será calculada a partir da identidade básica de uma economia com governo e sem relações econômicas com o resto do mundo, obtendo:

$$Y = 80 + 0,5Y + 100 + 50$$

$$Y = 230 + 0,5Y$$

$$Y - 0,5Y = 230$$

$$0,5Y = 230$$

$$Y = 460$$

Logo, a renda ou o produto de equilíbrio, nessa economia, é de 460 unidades. Ao considerar-se, para essa economia, uma necessidade de aumentar seu produto ou renda em termos percentuais em 10%, os dispêndios com investimento terão que sofrer um aumento de



$$Y = C + I + G$$

$$Y = 460$$

$$Y = 460 + 10\% = 506$$

$$506 = (80 + 0,5Y) + 50 + I$$

$$506 = 333 + 50 + I$$

$$I = 123$$

Isso representa um acréscimo porcentual de 23% nos investimentos iniciais realizados por essa economia.

Ao considerar-se uma economia aberta, introduzem-se as relações econômicas com o resto do mundo. Para tanto, as transações a serem contabilizadas para o modelo de economia aberta keynesiana consideram as exportações e as importações de bens e mercadorias. A identidade básica no modelo pode ser escrita como

$$Y = C + I + G + X - M$$

Em que, (C) é o consumo das famílias, (I) os investimentos, (G) os gastos do governo, (X) as exportações e (M) as importações. Como já definido anteriormente, a partir do modelo keynesiano simples, os componentes da demanda agregada consumo, investimento e gastos do governo, falta conceituar os componentes exportação e importação. As exportações serão consideradas autônomas, pois dependem da renda externa, enquanto as importações, uma função que depende do nível de renda doméstica.

Dessa forma, assume-se que, a partir dessa identidade, o produto ou a renda de equilíbrio podem ser calculados, considerando



$$I = 100$$

$$G = 50$$

$$X = 150$$

$$M = 100 + 0,2Y$$

Então,

$$Y = (80 + 0,5Y) + 100 + 50 + 150 - (100 + 0,2Y)$$

$$Y = 80 + 100 + 50 + 150 - 100 + 0,5Y - 0,2Y$$

$$Y - 0,3Y = 280$$

$$0,7Y = 280$$

$$Y = 400 \rightarrow \text{Renda de Equilíbrio}$$

A teoria monetária keynesiana afirma que a moeda afeta a renda a partir das taxas de juros. Um aumento na quantidade de moeda em circulação tende a reduzir as taxas de juros, o que tem como consequência o aumento da demanda agregada e da renda.

Com relação às taxas de juros de equilíbrio, no modelo keynesiano, as variáveis importantes que determinam esse equilíbrio são a oferta e a demanda por moeda. No entanto, os fatores que determinam a oferta por moeda são aqueles definidos pelo Banco Central, enquanto que os fatores que determinam a demanda por moeda estão relacionados com a demanda por transação, a demanda por precaução e a demanda por especulação.

Com relação à demanda por transação, a moeda assume sua função de meio de troca, isto é, os indivíduos retêm a moeda a fim de garantir determinadas transações. A demanda por moeda por precaução é no sentido de reter um



determinado saldo monetário a fim de viabilizar algumas transações emergenciais ou imprevisíveis. Essas duas características da moeda são determinadas pelo nível de renda, isto é, quanto maior a renda, maior a demanda por transações e/ou precaução.

Finalmente, a demanda por moeda especulativa é determinada pelos indivíduos que especulam com as mudanças nas taxas de juros futuras. Como definição do modo que os indivíduos se comportariam com relação às mudanças nessas taxas, quanto maiores as taxas de juros, a demanda especulativa por moeda se reduz, enquanto que, quanto menores as taxas de juros, a demanda por moeda especulativa aumenta.

Um conceito importante para o modelo keynesiano é quanto ao nível em que as taxas de juros permanecem inalteradas, mesmo com os incrementos na renda ou na riqueza. Esse fenômeno Keynes definiu como armadilha da liquidez.

A curva de demanda agregada especulativa mostra a relação inversa entre as taxas de juros e a demanda especulativa da moeda. Os indivíduos não estão dispostos a reter moeda, quando as taxas de juros estão mais altas, esperando que a partir de uma determinada taxa de juros crítica, estarão dispostos a reter títulos a fim de maximizar os ganhos. Da mesma forma, quando as taxas de juros caem, os indivíduos retêm moeda para especulação, esperando que o mercado ajuste as taxas futuras.

Portanto, a demanda por moeda no modelo keynesiano é o resultado da demanda por transações, a demanda por precaução e a demanda por especulação. Tanto a demanda por transação como a demanda por precaução variam diretamente com a renda, enquanto a demanda por especulação varia negativamente com as taxas de juros.



5. TEORIA KEYNESIANA (PARTE II)

NOTAS

A versão simplificada do modelo keynesiano mostra que as decisões dos gastos de consumo, dos investimentos e dos gastos do governo é que determinam a renda de equilíbrio, enquanto que as variações nos gastos autônomos promovem uma variação mais do que proporcional na renda de equilíbrio, em função do multiplicador.

Para os clássicos, o modelo de equilíbrio é fundamentado no papel importante dos fatores que influenciam a oferta agregada. O mercado de trabalho e o capital possuem um papel fundamental para o equilíbrio da renda.

O modelo IS-LM se fundamenta na percepção de que o sistema econômico tem dois grandes mercados. O mercado de bens e o mercado monetário. Para a análise do mercado de bens, é necessário compreender que o equilíbrio se dá entre a quantidade de bens ofertados e demandados. No caso do mercado monetário, o equilíbrio é entre a oferta e a demanda por moeda.

O equilíbrio no mercado de bens refere-se às transações com bens e mercadorias numa determinada economia que tem como finalidade o equilíbrio entre a oferta e a demanda nesse mercado.

O modelo a ser analisado, primeiramente, considera o de uma economia fechada, isto é, sem relação com o mundo exterior.

Para tanto, a renda de equilíbrio é o resultado dos gastos com consumo,



gastos com os investimentos e os gastos do governo. Isso posto, a condição de equilíbrio será

$$Y = C + I + G$$

No mercado de produtos, as equações podem ser representadas da seguinte forma

$$C = a + bY_d$$

$$I = c - di$$

$$G = G \text{ (Autônomo)}$$

$$T = T \text{ (Autônomo)}$$

No mercado monetário, a condição de equilíbrio será quando a oferta monetária é igual à demanda monetária. Assim sendo, a equação de equilíbrio será representada por

$$M = M \text{ (Autônomo)}$$

$$L = L_t + L_e$$

$$L_t = Ky$$

$$L_e = e - fi$$

L_t = demanda por moeda para fins de transação

L_e = demanda por moeda para fins de especulação

A demanda para fins de transação será uma constante da renda, enquanto que a demanda para fins de especulação está relacionada inversamente com as taxas de juros.

A função IS representa o lugar geométrico das combinações entre a renda



e as taxas de juros que satisfaçam à condição de equilíbrio no mercado de produto de uma determinada economia. Para tanto, é importante a compreensão da função investimento no modelo keynesiano. No modelo simples keynesiano, os investimentos são considerados autônomos. Entretanto, no modelo IS-LM, os investimentos são uma função das taxas de juros nominal. Considerando-se a elevação das taxas de juros, poderá haver uma redução nos investimentos produtivos da economia, em função dos retornos esperados pelos empresários.

Considerando que os investimentos fazem parte do eixo das ordenadas e as taxas de juros o eixo das abscissas, verifica-se as várias combinações entre as duas variáveis. Quanto maiores as taxas de juros, menores serão os valores alocados nos investimentos.

No exemplo abaixo, pode-se demonstrar, de forma matemática e gráfica, o conceito acima desenvolvido.

$$C = 40 + 0,6Y_d$$

$$I = 60 - 5i$$

$$G = 60$$

$$T = 50$$

e considerando uma taxa de juros de equilíbrio de 3%, o investimento será

$$I = 60 - 5(3)$$

$$I = 45$$



A condição de equilíbrio será

$$Y = 40 + 0,6(Y - 50) + 60 - 5i + 60$$

$$Y = 160 + 0,6Y - 30 - 5i$$

$$Y - 0,6Y = 130 - 5i$$

$$0,4Y = 130 - 5i$$

$$Y = 325 - 12,5i \rightarrow \text{Função IS}$$

Considerando a taxa de juros de equilíbrio, acima definida, como de 3%, a renda de equilíbrio será de

$$Y = 325 - 12,5(3)$$

$$Y = 287,50$$

Caso a taxa de juros aumente para o nível de 5%, a nova renda de equilíbrio será de

$$Y = 325 - 12,5(5)$$

$$Y = 262,50$$

Portanto, verifica-se que com o aumento nas taxas de juros, a renda de equilíbrio se reduz, o que pode ser representado por uma curva negativamente inclinada considerando as variáveis taxa de juros e renda de equilíbrio.

A função LM representa o lugar geométrico das combinações entre a renda e as taxas de juros que satisfaçam à condição de equilíbrio no mercado monetário de uma determinada economia. Para tanto, é importante a compreensão de oferta e demanda monetária. A oferta monetária é considerada uma variável exógena



ao modelo, haja vista que essa variável, supostamente, é controlada pelo Banco Central. No caso da demanda de moeda, ela é composta pelo somatório da demanda por moeda, para fins de transação, mais a demanda por moeda, para fins de especulação.

A demanda por moeda, para fins de transação, é uma função crescente do nível de renda real, enquanto que a demanda por moeda, para fins de especulação, é uma função inversa das taxas de juros.

Considerando que as taxas de juros fazem parte do eixo das ordenadas e a renda o eixo das abscissas, verifica-se as várias combinações entre as duas variáveis. Quanto maiores as taxas de juros, maiores serão os valores de renda real. A curva LM mostra as diversas combinações de renda e as taxas de juros que equilibrarão o mercado monetário. Para níveis de renda maiores, serão exigidas maiores taxas de juros para equilibrar o mercado.

Os fatores que determinam a inclinação da curva LM se relacionam com o fator elasticidade, isto é, ela será relativamente inclinada se a elasticidade da demanda por moeda em relação aos juros é baixa. Se ao contrário, a elasticidade da demanda por moeda for muito sensível às mudanças nas taxas de juros, a curva LM será pouco inclinada. Neste caso, pequenas alterações nas taxas de juros alteram bastante a demanda por moeda.

Quando a demanda por moeda é totalmente insensível às taxas de juros, significa que nenhum aumento nas taxas de juros reduzirá a demanda por moeda. Os indivíduos não reduzirão a demanda especulativa por moeda nem a demanda por transação. Nesse caso, a curva LM será vertical.



No exemplo abaixo, pode-se demonstrar, de forma matemática e gráfica, o conceito acima desenvolvido.

$$M = 50$$

$$L_t = 0,3Y$$

$$L_e = 20 - 0,5i$$

Então,

$$50 = 0,3Y + 20 - 0,5i$$

$$0,5i = 0,3Y - 30$$

$$i = 0,6Y - 60 \rightarrow \text{Função LM}$$

Considerando uma renda de equilíbrio dessa economia de 350, o nível das taxas de juros de equilíbrio será

$$i = 0,6(350) - 60$$

$$i = 150$$

Se a renda de equilíbrio aumentar para 400, o novo nível das taxas de juros de equilíbrio será

$$i = 0,6(400) - 60$$

$$i = 180$$

O equilíbrio numa determinada economia dar-se-á na intersecção das curvas IS e LM, isto é, o ponto em que simultaneamente o mercado monetário e o mercado do produto estarão em equilíbrio.



Considerando os valores já calculados anteriormente, há as seguintes funções IS e LM

$$IS = Y = 325 - 12,5i$$

$$LM = i = 0,6Y - 60$$

Ao substituir o valor de i na função IS, tem-se os seguintes resultados

$$Y = 325 - 12,5(0,6Y - 60)$$

$$Y = 325 - 7,5Y + 750$$

$$Y = 1075 - 7,5Y$$

$$Y + 7,5Y = 1075$$

$$8,5Y = 1075$$

$$Y = 126,47 \rightarrow \text{Renda Equilíbrio}$$

Para definir o valor das taxas de juros de equilíbrio substitui-se

$$i = (0,6 \cdot 126,47) - 60$$

$$i = 15,88\% \rightarrow \text{Taxa de Juros Equilíbrio}$$



6. CURVAS IS-LM (ECONOMIA ABERTA)

Neste capítulo, será analisado o modelo IS-LM, a partir do contexto de uma economia aberta, isto é, uma economia que mantém relações comerciais com o resto do mundo. É importante retomar alguns conceitos fundamentais com relação ao Balanço de Pagamentos, como também sobre os regimes cambiais. Como definição de Balanço de Pagamentos, pode-se afirmar que representa o registro sistemático das transações econômicas, durante um dado período de tempo, entre os seus residentes e os residentes do resto do mundo. Dessa forma, o Balanço de Pagamentos procura registrar todas as transações com o exterior considerando os bens e mercadorias produzidos, os serviços e as transações financeiras. A estrutura do Balanço de Pagamentos é classificada em grupos diferentes, como segue:

1. Balança Comercial (BC)
2. Balança de Serviços (BS)
3. Balança de Rendas (BR)
4. Transferências Unilaterais (TU)



5. **Transações Correntes (TC) = BC + BS + BR + TU**

6. Conta Capital (CP)

7. Conta Financeira (CF)

8. **Conta Capital e Financeira (CCF)**

9. **Erros e Omissões (EO)**

10. **Saldo Balanço de Pagamentos (BP)**

11. **Haveres Autoridades Monetárias**

Considerando cada item que compõe o Balanço de Pagamentos, pode-se definir cada um deles da seguinte forma:

1. **Balança Comercial:** nesse grupo classificam-se as exportações e as importações de bens e mercadorias, ou os produtos tangíveis. As exportações representam a entrada de divisas e as importações, as saídas de divisas.
2. **Balança de Serviços:** nesse grupo são classificadas as transações de compra e venda de serviços, ou os bens intangíveis, entre o país e o exterior. Como exemplo de serviços realizados há: frete, seguro, gastos com embaixadas, viagens internacionais, turismo.



3. **Balança de Rendas:** nesse grupo são classificados serviços relacionados com os salários e ordenados de não residentes que prestam serviços no país, bem como daqueles residentes e que prestam serviços no exterior. A renda de investimentos representada por capitais investidos no país por não residentes e capitais de residentes investidos no exterior.
4. **Transações Unilaterais:** nesse grupo são classificados os movimentos de donativos enviados ou recebidos que não têm contrapartida de bens e serviços.
5. **Balança de Transações Correntes:** corresponde ao registro da Balança Comercial, Balança de Serviços, Balança de Rendas e Transações Unilaterais.
6. **Conta Capital:** corresponde às transferências unilaterais de capital e à aquisição ou à venda de ativos não financeiros.
7. **Conta Financeira:** nesse grupo registram-se as transações entre empresas do mesmo grupo relacionadas com os investimentos diretos como capital de empresas, reinvestimentos e empréstimos.
8. **Conta Capital e Financeira:** corresponde ao registro da Conta de Capital e da Conta Financeira.
9. **Erros e Omissões:** representa os registros que não foram corretamente contabilizados.



10. Saldo Balanço de Pagamentos: corresponde ao somatório da Balança de Transações Correntes mais a Conta de Capital e Financeira e Erros e Omissões.

11. Haveres Autoridade Monetária: corresponde aos empréstimos ou haveres monetários a fim de regularização do Balanço de Pagamentos para cobrir possíveis déficits ou como variação das reservas internacionais.

Como definir o preço da moeda estrangeira em termos da moeda nacional ou vice-versa. No caso do Brasil, a convenção utilizada é o preço da moeda estrangeira com relação à moeda nacional. Dessa forma, representa-se da seguinte maneira a relação existente no país.

$$\text{US\$ 1,00} = \text{R\$ 2,80}$$

Para cada dólar adquirido no mercado, o residente no país precisaria de dois reais e oitenta centavos para adquirir um dólar. Estimando-se a cotação considerando a relação entre a moeda nacional em relação à moeda estrangeira, a representação fica assim

$$\text{R\$ 1,00} = \text{US\$ 0,357}$$

Para cada real adquirido no mercado, o não residente precisa de trinta e cinco cents de dólar para adquirir um real.

Com relação aos regimes cambiais, as taxas de câmbio podem ser definidas como flexíveis ou flutuantes e fixas. Quando flutuantes ou flexíveis, elas são determinadas livremente no mercado de câmbio a partir das forças de oferta e demanda.



A demanda por divisas é constituída pelos importadores, ou indivíduos e empresas que desejam fazer remessas para o exterior. Aquele segmento que deseja adquirir produtos no exterior fará parte do segmento que procurará moeda ou divisa estrangeira para a negociação. Da mesma forma, a pessoa física que deseja viajar ao exterior para realizar turismo ou uma viagem internacional terá que adquirir moeda estrangeira para realizar seus desejos.

A oferta de divisas é constituída pelos exportadores, ou indivíduos e empresas que tiverem recebido recursos do exterior. Empresas brasileiras que recebam algum tipo de investimento estrangeiro para aumentar sua produção a partir de instituições financeiras, desejarão trocar as divisas estrangeiras pela moeda nacional.

As mudanças no valor das taxas de câmbio se alterarão a partir de mudanças de variáveis que possam influenciar a demanda e a oferta de divisas. Essas variáveis estão relacionadas com o nível do produto interno ou externo, pois quanto maior esse nível, maior será a procura ou oferta pela divisa estrangeira; pelo nível de preços interno ou externo, haja vista que se os preços internos aumentarem o nível das importações poderá crescer em função da redução do valor real dos preços importados, enquanto que se os preços internacionais aumentarem, a relação será inversa, isto é, com os preços dos produtos internacionais maiores, será mais caro adquirir esses produtos no mercado.

Se as taxas de juros internas forem maiores que as taxas de juros externas, haverá entrada de divisas o que estimulará a troca de divisas por moeda nacional, enquanto inversamente, se as taxas de juros internacionais forem maiores que a interna, a procura por divisas aumentará.

A taxa de câmbio é fixa quando é definida pelo Banco Central e ele estará disposto a comprar ou vender divisa a uma taxa predeterminada. O Banco Central sempre estará disposto a intervir no mercado a fim de garantir a manutenção



da taxa de câmbio. Se a entrada de divisas é excessiva, O Banco Central as comprará a uma determinada taxa.

Esse regime tem como consequência, por exemplo, o aumento nas taxas de juros interna de forma indesejável, haja vista que, se o país possui um déficit comercial, a saída de divisas será maior do que a entrada, tendo como resultado a ação do Banco Central de venda dessas divisas. Ao vender as divisas, o Banco Central estará reduzindo a oferta monetária e, portanto, reduzindo a liquidez da economia.

A fim de conter esse movimento, o Banco Central procura vender títulos no mercado, aumentando a liquidez da economia. A fim de atrair os agentes econômicos para o mercado de títulos, o Banco Central ofertará esses títulos com taxas de juros que sejam atrativas às empresas e aos indivíduos, aumentando, portanto, o endividamento do governo.

O importante estudo realizado por Marshall-Lerner definiu algumas condições com relação aos regimes cambiais:

1. Se o país é pequeno no comércio internacional, a desvalorização da taxa de câmbio provocará uma melhora na Balança Comercial.
2. Se o país é grande no comércio internacional, a desvalorização cambial não acarretará melhora na Balança Comercial. Isto se justifica em função de sua posição no mercado fornecedor internacional, pois suas vendas, apesar de um possível crescimento em função da desvalorização cambial, não crescerão de forma proporcional, portanto, será necessária uma redução nos preços a fim de compensar com maior intensidade o aumento no volume;



3. Com relação ao país grande, para que os efeitos da desvalorização cambial sejam sentidos, a elasticidade da demanda do exterior pelas suas exportações seja maior que 1;

IS-LM-BP

Nessa parte do capítulo, analisam-se as políticas fiscal e monetária numa economia aberta e com governo. Primeiramente, consideram-se algumas hipóteses básicas para o modelo a partir dos estudos de Mundell-Fleming. Esses dois pesquisadores e economistas, durante a década de 1960, popularizaram as análises e os efeitos da política monetária e fiscal numa economia aberta.

O modelo Mundell-Fleming tem como hipóteses fundamentais os seguintes pontos:

A – O país é pequeno nas relações comerciais com o exterior, portanto, ele não influencia as taxas de juros internacionais.

B – há perfeita mobilidade de capitais, isto é, para os indivíduos é indiferente aplicar no mercado interno ou externo. Sua escolha vai depender somente das taxas de juros pagas.

C – a condição Marshall-Lerner está presente nas economias, isto é, uma desvalorização cambial estimula as exportações e reduz as importações;



As curvas LM e IS numa economia aberta, metodologicamente, seguem os princípios do modelo para uma economia fechada. Apenas a curva IS inclui as transações com o exterior, a partir da demanda líquida, exportações menos importações de bens e mercadorias (X-M).

$$C = 30 + 0,7Y_d$$

$$I = 60 - 2i$$

$$G = 60$$

$$T = 50$$

$$X = 35$$

$$M = 8 + 0,05Y$$

A renda de equilíbrio será:

$$Y = 30 + 0,7(Y-50) + 60 - 2i + 60 + 35 - (8 + 0,05Y)$$

$$Y = 177 + 0,7Y - 35 - 2i - 0,05Y$$

$$Y = 142 + 0,65Y - 2i$$

$$Y - 0,65Y = 142 - 2i$$

$$Y = 405,7 - 5,7i \rightarrow \text{Função IS}$$

Considerando uma taxa de juros de 10% a.a., a renda de equilíbrio será de 348,7. Se a taxa de juros reduzir para 5% a.a. a nova renda de equilíbrio será de 377,2.

Como hipótese de trabalho, supõe-se que haja uma desvalorização cambial tendo como consequência um acréscimo nas exportações para 40 e



uma redução nas importações autônomas para 5 unidades.

$$Y = 30 + 0,7(Y-50) + 60 - 2i + 60 + 40 - (5 + 0,05Y)$$

$$Y = 185 + 0,7Y - 35 - 2i - 0,05Y$$

$$Y = 150 + 0,65Y - 2i$$

$$Y - 0,65Y = 150 - 2i$$

$$Y = 428,6 - 5,7i \rightarrow \text{Função IS}$$

Considerando uma taxa de juros de 10% a.a., a nova renda de equilíbrio será de 371,6. Se a taxa de juros reduzir para 5% a.a. a nova renda de equilíbrio será de 400,1.

POLÍTICA MONETÁRIA EXPANSIVA

A partir deste momento, considera-se a hipótese de que num determinado mercado haja perfeita mobilidade de capitais, portanto, o equilíbrio nesse mercado será a partir da igualdade entre as taxas de juros interna e externa.

1.1 Taxa de câmbio flutuante:

O regime cambial será de taxas de câmbio flutuante com as autoridades monetárias comprando títulos públicos ou privados em poder do público a fim de aumentar a oferta monetária.

Haverá, num primeiro momento, o deslocamento do ponto de equilíbrio para um nível abaixo do equilíbrio inicial, com o aumento da renda de equilíbrio e uma redução nas taxas de juros interna. Como nesse ponto as taxas de juros internas são menores do que as taxas de juros externas, haverá uma



desvalorização da moeda nacional em função desses fatores, portanto, o saldo da balança comercial aumentará, ocasionando um deslocamento da curva IS para a direita, aumentando novamente a renda de equilíbrio. Esse deslocamento ocorrerá progressivamente até o equilíbrio entre as taxas de juros interna e externa.

1.2 Taxa de câmbio fixa:

Com o regime cambial com taxas de câmbio fixas o processo será diferente. Com a atuação do Banco Central na economia, e apesar das taxas de juros internos estarem menores do que as taxas de juros externas, portanto, haverá uma saída líquida de divisas, isso não provocará alterações nas taxas de câmbio em função da intervenção do Banco Central.

A saída de divisas provocará um aperto na liquidez e, por consequência, a curva LM voltará para o seu ponto inicial, isto é, os efeitos dessa política, considerando o regime de taxas de câmbio flutuante não serão os efeitos desejados nos níveis de renda e emprego.

POLÍTICA FISCAL EXPANSIVA

A política a ser adotada considera aquelas que têm como resultado a expansão da renda real e do emprego, a partir de ações como o aumento nos gastos do governo, o aumento nas transferências e a redução dos impostos.

1.3 Taxa de câmbio flutuante:

Um aumento nos gastos do governo proporcionará o deslocamento da curva IS para a direita e para cima, alterando o equilíbrio no mercado, aumentando



a renda real de equilíbrio, porém com aumento nas taxas de juros. Como a taxa de juros interna é maior do que a taxa de juros externa, haverá uma entrada líquida de capitais, aumentando a oferta de divisas no país.

Na falta de ação da autoridade monetária, ocorrerá uma valorização das taxas de câmbio e, portanto, uma deterioração no saldo da Balança Comercial. Com isso, a curva IS se deslocará para a esquerda, voltando para o seu ponto inicial de equilíbrio.

1.4 Taxa de câmbio fixa:

Nessa condição, os resultados são totalmente diferentes, haja vista que um aumento nos gastos do governo aumentará a renda real de equilíbrio. Dessa forma, o Banco Central, a fim de sustentar a moeda do país, intervirá no mercado. Com isso, a valorização da moeda interna não ocorrerá. Com a compra de divisas pelo Banco Central, a oferta monetária aumentará e, com isso, a curva LM também se deslocará para a direita. Assim sendo, uma política fiscal expansionista com taxas de câmbio fixas é eficiente para aumentar o nível de renda real de uma determinada economia.



7. POLÍTICAS ECONÔMICAS

NOTAS

A política econômica consiste no conjunto de ações governamentais que são planejadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica de um determinado país, a fim de promover o controle da inflação, reduzir os níveis de depressão econômica, reduzir os níveis de desemprego, promover o crescimento e o desenvolvimento econômico. A partir desses objetivos, é importante definir os instrumentos que serão utilizados para alcançar essas metas. Variáveis como os níveis dos investimentos, os níveis dos gastos do governo, os tributos, o consumo das famílias, a oferta monetária, os níveis de inflação e das taxas de juros são fundamentais para avaliar a eficiência das políticas econômicas.

Os objetivos da política econômica, portanto, parecem se concentrar nas questões de equilíbrio fiscal e monetário a fim de controlar os níveis gerais de inflação e do desemprego. No caso de inflação menor, a política a ser implantada sugere um controle orçamentário maior por parte dos governos, enquanto que taxas de desemprego menores sugerem políticas mais agressivas por parte do governo. Assim sendo, os objetivos parecem ser contraditórios e, portanto, os formuladores de política econômica procurarão escolher a melhor combinação para minimizar os efeitos das duas variáveis na economia.



É fundamental para os governos zelar pelos interesses e pelo bem-estar da população como um todo. Dessa forma, e cumprindo com sua finalidade, o setor público, enquanto um agente econômico importante para o sistema, procura atuar proativamente sobre determinadas variáveis com o objetivo de alcançar determinados fins para a população.

As taxas de juros são uma dessas variáveis que fazem parte do dia a dia do noticiário econômico das pessoas. Entretanto, essas alterações nos juros são determinadas pela atuação das autoridades econômicas sobre outras variáveis, por exemplo, a oferta monetária. Essas alterações nas taxas de juros afetam outros objetivos importantes no ambiente econômico como o crescimento econômico e/ou controle inflacionário.

As políticas econômicas, portanto, têm como objetivo proporcionar mudanças e ajustamentos na economia como um todo. Os governos federal, estadual e municipal têm importante papel no desenvolvimento da economia de uma determinada nação. As principais funções do setor público são destacadas em quatro grandes áreas:

- **Reguladora:** o Estado deve regular a atividade econômica, mediante leis e disposições administrativas. Com isso, torna-se possível o controle de alguns preços, monopólios e ações danosas ao direito do consumidor.
- **Provedora de bens e serviços:** o governo, também, deve prover ou facilitar o acesso a bens e serviços essenciais, principalmente àqueles que não são de interesse do setor privado, tais como, educação, saúde, defesa, segurança, transporte e justiça.



- **Redistributiva:** as políticas econômicas devem atingir e vir a beneficiar os mais necessitados da sociedade. Com isso, modificam a distribuição de renda e riqueza entre pessoas e/ou regiões. A igualdade social deve ser uma prioridade a ser buscada pelos órgãos públicos.
- **Estabilizadora:** os formuladores de políticas econômicas devem preocupar-se em estabilizar/controlar os grandes agregados macroeconômicos, tais como taxa de inflação, taxa de desemprego e nível de produção, com o intuito de beneficiar a população.

No ambiente macroeconômico, é função do governo estabilizar e/ou controlar os grandes agregados. Dentro dessa função do setor público, os principais agregados econômicos são: a taxa de juros, o nível de preços, as taxas de desemprego e a taxa de câmbio.

Entretanto, para que esses objetivos sejam alcançados de forma eficaz, o governo utiliza-se de um conjunto de políticas e instrumentos econômicos como, por exemplo, a política fiscal, a política monetária e a política cambial.

A política fiscal tem como finalidade definir o orçamento e seus componentes, os gastos públicos e impostos como variáveis de controle para garantir e manter a estabilidade econômica, amortecendo as flutuações dos ciclos econômicos e ajudando a manter uma economia crescente, o pleno emprego e a inflação baixa.

Os principais objetivos da política fiscal podem ser definidos como:



- acelerar o crescimento econômico;
- o pleno emprego de todos os recursos produtivos da sociedade, tanto de capital humano como de material;
- estabilidade de preços, visando não ocorrer grandes oscilações nos indicadores gerais de preços.

O principal instrumento de política econômica do setor público refere-se à política fiscal. Consiste na elaboração e organização do orçamento do governo, o qual demonstra as fontes de arrecadação e os gastos públicos a serem realizados em um determinado período de tempo.

A política fiscal visa estimular a atividade econômica, a partir de políticas que estimulem a demanda agregada, considerando variáveis como o consumo das famílias, os investimentos, os gastos do governo, as exportações, as importações e a tributação. O financiamento do déficit do setor público também é um fator importante de ajuste a partir das políticas fiscais.

O governo altera as receitas e as despesas com instrumentos específicos que podem ser:

a) Impostos (receita):

Os impostos podem ser classificados em duas categorias:

- *Impostos diretos*: incidem diretamente sobre a renda das unidades familiares e das empresas. Ex.: IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física); IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica).



- *Impostos indiretos*: são tributos que oneram as transações intermediárias e finais. São incorporados ao processo produtivo e, portanto, incidem indiretamente sobre o contribuinte. Ex.: ICMS; ISS; COFINS; PIS.

b) Despesas do governo (gastos):

As despesas do governo podem ser divididas em:

- *Consumo*: gastos com salários, administração pública, funcionalismo civil e militar.
- *Transferências*: benefícios pagos pelos institutos de previdência social, sob a forma de aposentadorias, salário-escola, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).
- *Subsídios*: são pagamentos feitos pelo governo a algumas empresas públicas ou privadas.
- *Investimentos*: gasto com aquisição de novas máquinas, equipamentos, construção de estradas, pontes, infraestrutura.

c) Orçamento do governo:

O resultado das operações de receitas menos os gastos do setor público representam o orçamento do governo. Esse saldo pode ser classificado em três esferas:



- *Orçamento equilibrado*: ocorre quando o total das receitas em valores monetários de um determinado período for exatamente igual ao total dos gastos em valores monetários.
- *Orçamento superavitário*: as receitas superam os gastos em valores monetários em um determinado período de tempo.
- *Orçamento deficitário*: as receitas são inferiores aos gastos do governo em valores monetários em um determinado período de tempo.

Quando o Tesouro Nacional, responsável pelas contas do setor público, registra um déficit em suas contas, o governo deve determinar como será o financiamento ou o pagamento desse excesso de gastos.

Portanto, o resultado do setor público pode ser dividido em:

- *Superávit/déficit primário ou fiscal*: é o saldo positivo/negativo alcançado quando a receita do governo é superior/inferior aos seus gastos. É a diferença entre a arrecadação tributária e os gastos públicos no exercício.
- *Déficit operacional (Necessidade de Financiamento do Setor Público - NFSP)*: é o resultado primário acrescido do pagamento dos juros da dívida passada.

O déficit do setor público pode ser financiado, principalmente, por duas fontes de recursos:



- *Emissão de moeda*: o BACEN, nesse caso, cria moeda para financiar a dívida do Tesouro. Esse procedimento é também conhecido como monetização da dívida.
- *Empréstimos*: venda de títulos da dívida pública ao setor privado (interno ou externo): o governo oferta títulos em troca de moeda para financiar sua dívida. Esse financiamento tende a aumentar o déficit operacional devido ao pagamento dos juros.

A política monetária tem como objetivo controlar a oferta de moeda na economia. Determinar a quantidade de moeda em circulação na economia é função do Conselho Monetário Nacional (CMN), com participação do Banco Central do Brasil (BACEN). Ao determinar a quantidade de dinheiro, tem-se a formação da taxa de juros, ou seja, a taxa de juros pode ser definida como o custo do dinheiro.

Uma das funções da política monetária é controlar a oferta de moeda (liquidez) a fim de determinar a taxa de juros de referência no mercado. Nesse sentido, o Banco Central atua no mercado aumentando ou reduzindo a liquidez no sistema, a partir da quantidade de moeda em circulação, alterando, dessa forma, as taxas de juros a serem praticadas.

A política monetária, portanto, tem como finalidade controlar os meios de pagamento visando estabilizar o nível geral de preços na economia. A fim de controlar o processo inflacionário, os governos reduzem a oferta monetária, conseqüentemente, as taxas de juros aumentam. Esse mecanismo de ajustamento controla o nível geral de preços.



O Banco Central atua no mercado utilizando-se de quatro instrumentos:

a) Operações de mercado aberto:

As operações no mercado aberto são caracterizadas pela compra e venda de títulos públicos pelo Banco Central no mercado. Esses títulos podem ser de emissão própria ou pelo Tesouro Nacional. O impacto na liquidez do sistema pode ser resumido de duas formas:

Primeiramente, se o Banco Central fizer a operação de compra de títulos no mercado. Dessa forma, haverá maior liquidez no mercado, haja vista que o BACEN ofertará mais moeda ao público. As taxas de juros deverão cair nessa alternativa.

Num segundo momento, o Banco Central vende títulos ao público. Com essa operação o BACEN enxuga a oferta monetária e, portanto, reduzindo a liquidez do sistema. As taxas de juros deverão subir, nessa alternativa.

b) Depósito compulsório:

São depósitos, sob a forma de reservas bancárias, que cada banco comercial é obrigado legalmente a manter junto ao Banco Central. É calculado como um percentual sobre os depósitos, a vista, nos bancos comerciais.

Quanto maiores os depósitos compulsórios, menor a liquidez do sistema e maior o nível de reservas obrigatórias dos bancos junto ao Banco Central. Os recursos destinados aos empréstimos sofrerão redução, provocando um aumento nas taxas de juros no mercado.

No caso em que o Banco Central reduza o percentual dos depósitos compulsórios, maior será a liquidez no sistema e o nível de reservas obrigatórias



dos bancos junto ao Banco Central reduzirá. Os recursos destinados aos empréstimos aumentarão, provocando redução nas taxas de juros no mercado.

c) **Redesconto bancário:**

A assistência financeira de liquidez ou redesconto é o mecanismo pelo qual o Banco Central socorre as instituições financeiras com problemas de liquidez. O redesconto é o empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa cobrada sobre esses empréstimos é chamada de taxa de redesconto.

Um aumento da taxa de redesconto indica que os bancos terão maiores custos em suas transações, caso tenham problemas de liquidez. Neste caso, as instituições bancárias irão aumentar suas reservas e diminuir o crédito, aumentando as taxas de juros no mercado.

O mercado de câmbio (divisas) é formado pelos diversos agentes econômicos que compram e vendem moeda estrangeira, conforme suas necessidades. Empresas que vendem mercadorias ou ativos no exterior estão aumentando a oferta de divisas, pois sua receita ocorre em moeda estrangeira. Empresas que compram bens ou ativos do exterior estão demandando divisas, pois seus gastos ocorrem em moeda estrangeira. Nesse sentido, o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado nesse mercado. Esse preço é chamado de taxa de câmbio.

O Balanço de Pagamentos registra as transações econômicas entre os residentes e não residentes, num determinado período de tempo. Eventuais déficits no Balanço de Pagamentos são decorrentes do fato de a entrada de



divisas ser inferior à saída de divisas. Esses déficits podem ser consequência dos resultados das diversas transações que ocorrem entre os residentes e não residentes, como, por exemplo, a balança comercial, a balança de serviços e de renda e o balanço de capitais.

A política econômica de um país é considerada como parte da sua política externa, na medida em que, para manter o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, pode incluir medidas de proteção a determinados setores da economia em relação à concorrência externa, ou incluir medidas de estímulo a relações comerciais com o exterior.

O Balanço de Pagamentos é um instrumento da contabilidade nacional referente à descrição das relações comerciais de um país com o resto do mundo. Ele registra o total de dinheiro que entra e sai de um país, na forma de importações e exportações de produtos, serviços, capital financeiro, bem como transferências comerciais.

Existem duas contas nas quais se resumem as transações econômicas de um país: a conta corrente, que registra as entradas e saídas devidas ao comércio de bens e serviços, bem como pagamentos de transferência; e a conta de capital, que registra as transações de fundos, empréstimos e transferências. São componentes dessa conta os capitais compensatórios: contas caixa (haveres no exterior e direitos junto ao FMI), empréstimos oferecidos pelo FMI e contas atrasadas (débitos vencidos no exterior).



REFERÊNCIAS

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 4 ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

DORNBUSCH, R; FISCHER, S. *Macroeconomia*, 5 ed, São Paulo. Pearson Prentice Hall, 1991.

CURARO, M. *Manual de Macroeconomia*, São Paulo, Saraiva, 2008.

FROYEN, R. T. *Macroeconomia*, São Paulo. Saraiva. 1999.

HEINECK, L. F. M. *Macroeconomia*, Florianópolis, Santa Catarina, CAPES. UAB, 2010.

KRUGMANN, P; WELLS, R. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro. Elsevier. 2007.

MANKIW, N.G. *Macroeconomia*. 6 ed, Rio de Janeiro. LTC. 2008.

PYNDYCH, R.S; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 6 ed, São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2005.

PIB E PNB: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7MfbdoUVm5w>. Acesso em 10/06/2015.

PRODUTO REAL e NOMINAL: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V9AVGI-8FHc>. Acesso em

CONTABILIDADE NACIONAL: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VPCcVhkpiE4>. Acesso em 10/06/2015.

OFERTA e DEMANDA AGREGADA: <https://www.youtube.com/watch?v=PSiJm0NDozw>. Acesso em 10/06/2015.

CURVAS IS-LM: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MPgmK3FN3nE>. Acesso em 12/06/2015.

POLÍTICAS ECONÔMICAS: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yaqi34-mmGY>. Acesso em 12/06/2015.

